

PODER JUDICIÁRIO													
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 01031 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e 04031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS													
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA													
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2026													
Distribuição dos recursos entre graus de jurisdição (Resolução 195 CNJ, art. 4º)													
Classificação Orçamentária										Dotação Distribuída			
Unidade Orçamentária		Função e Subfunção (Código)	Programa, Ação e Subtítulo (Código)	Descrição		Esfera	Fonte		GN D	1º Grau	2º Grau	1º e 2º Graus (1)	Total
Código	Descrição			Programa	Ação e Subtítulo		Código	Descrição		A	B	C	D=A+B+C
Dotações para despesas obrigatórias (2)													
1031	TJMG	2.122	706.2053.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais	10	10	Recursos Ordinários	1	1.465.250.497	343.700.734	-	1.808.951.231
1031	TJMG	2.122	706.2053.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais	10	10	Recursos Ordinários	3	50.365.075	11.814.030	-	62.179.105
1031	TJMG	2.122	706.2053.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais	10	60	Recursos Diretamente Arrecadados	3	32.300.031	7.576.551	-	39.876.582
1031	TJMG	2.122	706.2054.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	10	10	Recursos Ordinários	1	4.873.586.490	1.539.027.313	-	6.412.613.803
1031	TJMG	2.122	706.2054.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	10	10	Recursos Ordinários	3	455.482.432	143.836.557	-	599.318.989
1031	TJMG	2.122	706.2054.0001	Prestação Jurisdicional	Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	10	60	Recursos Diretamente Arrecadados	3	141.793.982	44.777.047	-	186.571.029
1031	TJMG	9.272	705.7006.0001	Apoio às Políticas Públicas	Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	10	10	Recursos Ordinários	1	936.645.623	382.573.565	-	1.319.219.188
1031	TJMG	9.272	705.7006.0001	Apoio às Políticas Públicas	Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	10	42	Contribuição Patronal para o RPPS	1	768.087.780	313.725.994	-	1.081.813.774
1031	TJMG	9.272	705.7006.0001	Apoio às Políticas Públicas	Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	10	43	Contribuição do Servidor para o RPPS	1	633.014.721	258.555.309	-	891.570.030
1031	TJMG	9.272	705.7006.0001	Apoio às Políticas Públicas	Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	10	10	Recursos Ordinários	3	67.282.941	27.481.764	-	94.764.705
1031	TJMG	28.846	705.7004.0001	Apoio às Políticas Públicas	Precatórios e Sentenças Judiciais	10	10	Recursos Ordinários	1	1.000	-	-	1.000
4031	FEPJ	2.061	706.2055.0001	Prestação Jurisdicional	Gestão de Serviços de TIC	10	60.7	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	3	210.600.000	59.400.000	-	270.000.000
Total das dotações para despesas obrigatórias										9.634.410.572	3.132.468.864	-	12.766.879.436
Dotações para despesas discricionárias													
4031	FEPJ	2.061	706.2025.0001	Prestação Jurisdicional	Gestão de Serviços de TIC	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	3	118.844.904	119.113.415	-	237.958.319
4031	FEPJ	2.061	706.2025.0001	Prestação Jurisdicional	Gestão de Serviços de TIC	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	4	17.981.792	108.801.920	-	126.783.712
4031	FEPJ	2.061	706.2091.0001	Prestação Jurisdicional	Obras e Gestão Predial	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	3	85.550.884	58.132.382	-	143.683.266
4031	FEPJ	2.061	706.2091.0001	Prestação Jurisdicional	Obras e Gestão Predial	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	4	300.723.081	14.449.930	-	315.173.011
4031	FEPJ	2.061	706.2091.0001	Prestação Jurisdicional	Obras e Gestão Predial	10	60.1	Recursos Diretamente Arrecadados	4	65.207.297	47.993.964	-	113.201.261
4031	FEPJ	2.061	706.2091.0001	Prestação Jurisdicional	Obras e Gestão Predial	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	5	0	140.000.000	-	140.000.000
4031	FEPJ	2.128	706.2109.0001	Prestação Jurisdicional	Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	3	3.703.619	2.546.381	-	6.250.000
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	60.1	Recursos Diretamente Arrecadados	3	469.772.081	174.581.644	-	644.353.725
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	60.2	Recursos Diretamente Arrecadados	3	120.000	0	--	120.000
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	61.1	Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica	3	83.338.004	0	-	83.338.004
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	70.1	Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares	3	1.147.089	0	-	1.147.089
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	3	1.147.473.246	408.649.972	-	1.556.123.218
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	47.1	Alienação de Bens de Entidades Estaduais	4	1.846.798	994.430	-	2.841.228
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	60.1	Recursos Diretamente Arrecadados	4	44.214.908	12.941.144	-	57.156.052
4031	FEPJ	2.061	706.4395.0001	Prestação Jurisdicional	Processamento Judiciário	10	77.1	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	4	15.058.293	14.110.814	-	29.169.107
Total das dotações para despesas discricionárias										2.354.981.996	1.102.315.996	-	3.457.297.992
TOTAL										11.989.392.568	4.234.784.860	-	16.224.177.428

(1) O preenchimento desta coluna é de caráter excepcional. Ocorre quando a dotação atender a ambos os graus de jurisdição sem possibilidade de detalhamento.

(2) Despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, tais como: Pessoal e encargos sociais, benefícios (alimentação, transporte, pré-escola e assistência médica) e sentenças judiciais.

Obs.: A publicação deste QDD é exigida quando a identificação das dotações por grau de jurisdição não for feita na Proposta Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual (Res. 195, CNJ, art. 2º, § 2º).